

II. A VOZ DOS POLÍTICOS

Estrela Serrano

(Centro de Investigação Media e Jornalismo)

O projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada* previa, para além de entrevistas com jornalistas, também entrevistas com figuras do campo político. Tendo-se verificado a circunstância de alguns dos casos incluídos no projeto terem sido posteriormente objeto (direto ou indireto) de comissões parlamentares de inquérito (CPI), como os casos *BPN*¹ e *Submarinos*², considerou-se que seria adequado ouvir deputados que tivessem participado nessas comissões parlamentares. Acresce que anteriormente a estas duas CPI, realizadas respetivamente em 2012 e 2014, foi criada, em 2010, uma CPI³ que embora não expressamente dedicada a casos incluídos no projeto se cruzou com os casos *Freeport* e *Face Oculta*, ao envolver figuras políticas ligadas a estes casos, entre as quais, o então primeiro-ministro José Sócrates e o seu ex-ministro Armando Vara, para além de políticos, jornalistas e gestores de empresas de telecomunicações e de *media*, ouvidos como testemunhas nesta CPI. Esta comissão visava, entre outros objetivos, analisar a atuação do governo (então chefiado por José Sócrates) na compra da estação

1. Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A. Período de atividade [2012-03-21 a 2012-11-17] <https://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/CPIBPN/Paginas/default.aspx>

2. Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II). Período de atividade [2014-05-07 a 2014-10-17] <https://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/CPIPRAEM/Paginas/default.aspx>

3. Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à relação do Estado com a Comunicação Social e, nomeadamente, à atuação do Governo na compra da TVI. Período de atividade [2010-03-18 a 2010-07-20] <https://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/CEIPCSTVI/Paginas/default.aspx>

de televisão TVI, um dos órgãos de comunicação social analisado no projeto e com grande protagonismo enquanto canal de televisão mais citado por outros *media* e por blogues na cobertura dos casos *Freeport* e *Face Oculta*. Também na amostra de blogues analisados no projeto, esta CPI ganhou protagonismo quer como tema noticioso quer como lugar onde foram proferidas declarações dos protagonistas das peças jornalísticas (Serrano, 2014; 2015).

Por outro lado, na análise da cobertura jornalística do caso *Submarinos* na imprensa e na televisão, que incide no ano de 2010, ano de maior número de peças sobre este caso no período 2008-2012 abrangido pelo projeto, encontram-se peças que se referem a intervenções de deputados na Assembleia da República em defesa da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a este caso que, contudo, só viria a ser criada em 2014, depois de grande controvérsia entre os partidos parlamentares.⁴

A escolha dos deputados a ouvir recaiu sobre membros das citadas Comissões Parlamentares, de preferência que tivessem tido destaque nas ditas CPIs. Foram assim convidados a participar João Semedo, deputado do Bloco de Esquerda (BE) que integrou e se destacou nas três Comissões de Inquérito acima citadas. O BE foi, aliás, o primeiro partido a propor em 2010 um inquérito parlamentar à compra dos submarinos; José Magalhães⁵, deputado do Partido Socialista (PS) que integrou e teve grande protagonismo na CPI dedicada ao caso *Submarinos*; e António Filipe, deputado do Partido Comunista Português (PCP) que integrou e foi um interveniente ativo na mesma Comissão. O Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS-PP) não estiveram disponíveis para responder ao inquérito em tempo útil. Devido às dificuldades em conseguir entrevistas diretas optou-se pela aplicação de inquérito⁶ que foi realizado em finais de 2015. As perguntas obedeceram a um guião prévio que não se cingiu aos casos em

4. Ver, por exemplo, esta peça: http://www.rtp.pt/noticias/politica/be-defende-inquerito-a-contrapartidas-militares_v311934

5. O deputado José Magalhães (PS) é autor do livro “Submarinos.pt” e de um site com o mesmo nome, baseados na documentação a que teve acesso através da Comissão Parlamentar de Inquérito.

6. Os inquéritos tiveram a colaboração de Mafalda Lobo e Patrícia Contreiras, investigadoras do projeto.

que os inquiridos participaram como deputados mas procuraram abordar problemáticas mais abrangentes sobre os campos em foco no projeto — político, judicial e mediático — bem como as relações entre eles.

Considerou-se oportuno para os objetivos deste capítulo, retomar declarações do ex-deputado do PSD, historiador e analista político, José Pacheco Pereira⁷, ex-deputado do PSD, historiador e analista político, prestadas numa conferência realizada no âmbito deste projeto. Acresce o facto de Pacheco Pereira ter integrado em 2010 a CPI sobre a atuação do governo na compra da estação de televisão *TVI*.

Nessa conferência, Pacheco Pereira afirmou:

(...) quando temos de discutir o problema da corrupção política, não podemos ignorar a permanente manipulação de opinião pelos media, que é feita de forma profissionalizada, ou seja paga, por um conjunto de agências que em muitos casos empregam algum pessoal das “jotas” que se “fizeram” nos blogues neste tipo de intriga política e que são depois transportados para essas lides porque conhecem o meio, as pessoas e, acima de tudo, conhecem as fraturas que podem depois ser relevantes na manipulação da opinião. (...) Depois, há várias formas de manipulação que têm a ver com a recente promiscuidade entre políticos e jornalistas.

Estas palavras de Pacheco Pereira, ele próprio um político de larga experiência, não podiam ser mais adequadas para um enquadramento deste artigo. De facto, um projeto que tem como enfoque principal a cobertura jornalística da corrupção política ficaria incompleto sem o ponto de vista de representantes do campo político e, de entre eles, ninguém melhor que os eleitos diretamente pelos cidadãos, isto é, os deputados para se pronunciarem sobre o tema.

Nas páginas seguintes, deputados de três partidos parlamentares pronunciam-se sobre jornalismo, corrupção e política, tendo como pano de fundo a sua experiência parlamentar e a relação entre os *media*, a política e

7. Comunicação apresentada ao Colóquio “A Corrupção Política e os Média — Uma Perspetiva Comparada”, Lisboa, 28 de maio de 2014.

a justiça a propósito dos casos de corrupção que acompanharam de perto. Os nomes dos capítulos correspondem aproximadamente às principais questões colocadas e respondidas no inquérito.

1. Portugal é um País de corruptos?

O Relatório da Comissão Europeia sobre a corrupção⁸ publicado em fevereiro de 2014 aponta como o maior problema comum à Europa, em matéria de corrupção, a atribuição de contratos públicos e a atuação dos políticos. Relativamente a Portugal⁹, 90% percebem a corrupção como sendo generalizada. No que respeita às empresas, em Portugal 68% consideram que a corrupção é um problema grave (Serrano, 2015). Por outro lado, segundo os dados da *Transparency International* Portugal passou do 26º lugar em 2006; 32º em 2008; no 35º em 2009 e 32º em 2010. Em 2011, o *Eurobarómetro* divulgou que 97% dos portugueses acreditavam que a corrupção era o principal problema do país (Cunha, 2014). Acresce a estes dados, que todos os estudos apontam para a importância dos *media*, na formação das perceções dos portugueses sobre a corrupção, nomeadamente a televisão e a imprensa (Maia, 2006).

A elevada perceção dos portugueses sobre a corrupção e o papel dos *media* na formação dessas perceções é, pois, um tema incontornável sobre o qual se impunha ouvir representantes do campo político. O deputado do BE, João Semedo, reconhece a influência dos *media* mas aponta outras causas para o que considera serem “demasiados casos de corrupção”:

Os *media* têm esse efeito potenciador sobre todos os temas a que dão atenção e, portanto, a corrupção não é exceção. Mas, devemos reconhecer que, em Portugal, há demasiados casos de corrupção, fraude e crime económico, nomeadamente envolvendo titulares de

8. http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr_2014_en.pdf

9. Folha de Portugal no Relatório anticorrupção da EU: http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/anti-corruption-report/docs/2014_acr_portugal_factsheet_en.pdf

altos cargos públicos e de cargos políticos. Não creio que isso se deva a qualquer particularidade dos cidadãos portugueses mas sim ao atraso na aprovação e aplicação de legislação anti corrupção e na fragilidade dos organismos de fiscalização, investigação e combate à fraude e ao crime económico.

José Magalhães, deputado do PS, reconhece o papel positivo dos *media*, embora afirme nem sempre eticamente adequado:

Os media indiciam problemas e revelam parte da realidade e no caso português têm tido um papel positivo no lançar de luz e na quebra de segredos, por vezes com causas, não propriamente eticamente louváveis, aí num quadro de competição muito feroz. Há uma luta pela informação e uma luta contra o segredo. O segredo em Portugal é excessivo, por vezes gerido de maneira abusiva e a imprensa tem sido uma espécie de contra-peso positivo, chamando a atenção para casos de corrupção e portanto em geral julgo que tem tido papel sido positivo.

José Magalhães vai mais longe e aponta “a falta de participação em consórcios internacionais”, citando o consórcio que revelou os segredos da banca Suíça com colaboração de vários países:

Acho que Portugal está em atraso nessa matéria e que é do máximo interesse que participemos, que os nossos media participem em consórcios desse tipo, não apenas para darem informações sobre, digamos, a secção portuguesa das investigações mas para colherem benefícios das investigações de outros países que muitas vezes passam também pela descoberta de coisas sobre Portugal.

O deputado do Partido Comunista Português (PCP), António Filipe, é mais lacónico sobre este assunto:

Dizer que somos um país de corruptos é uma generalização inaceitável, ainda que o combate à corrupção deva ser uma preocupação permanente a todos os níveis.

2. Os *media* investigam a corrupção ou limitam-se a reportar informação das fontes judiciais e políticas?

O deputado António Filipe considera “evidente que [por exemplo, no caso *Submarinos*] os *media* não investigaram e se limitaram a reportar informações obtidas”, cuja origem o deputado afirma não ter “condições para precisar”. O mesmo deputado não encontra “mais-valia do ponto de vista informativo que os *media* trouxessem à investigação sobre casos de corrupção, mas valoriza o papel dos *media* na perceção pública desses casos.”

João Semedo encontra mais-valias na investigação dos *media*:

As mais-valias foram, sobretudo, ter permitido um conhecimento público mais desenvolvido e concreto das relações promíscuas estabelecidas entre o poder económico e o poder político em sucessivos casos de corrupção, e ter contribuído para a formação de uma consciência social mais aguda quanto à necessidade de prevenir e combater a corrupção de forma mais enérgica e efetiva.

O mesmo deputado acrescenta:

Em muitos casos, a comunicação social tem sido o espaço privilegiado de denúncia de muitas situações de fraude e crime económico que, de outra forma, poderiam nunca vir a ser investigadas.

José Magalhães, referindo-se em concreto ao caso *Submarinos*, que acompanhou de muito perto, afirma:

Há um ecossistema mediático com entidades de natureza diferente, por vezes prosseguindo interesses completamente diferentes, em alguns casos com uma opinião muito dirigida e com uma agenda clara; há atividades de lobbying e continua a haver. O factor essencial para a cobertura ser o que foi, foi o segredo, ou seja, não havia acesso a documentos fundamentais e houve acontecimentos como o desaparecimento de uma massa gigantesca de documentação, que só chegaram a conhecimento público muito tardiamente. (...) Houve um conflito, eu diria uma batalha, por parte dos donos de toda a informação para a manterem, por um lado, a salvo, por outro lado para condicionar o agenda-setting..

3. As comissões parlamentares de inquérito e a procura da verdade

Sobre o papel das comissões parlamentares de inquérito no esclarecimento da verdade, os deputados ouvidos apontam limitações que dificultam os trabalhos, sobretudo devido à contaminação partidária que as envolve.

António Filipe refere algumas dessas limitações:

Visam tão só o apuramento de responsabilidades políticas. Não apuram “a verdade”. Quando muito, permitem obter informações para que cada deputado (e a opinião pública, já que os inquéritos são públicos) possa fazer um juízo acerca dos factos submetidos a inquérito.

Referindo-se em particular à CPI-Submarinos, José Magalhães tem uma posição muito negativa:

Essa comissão teve um fundamento tão patológico que está na prateleira dos exemplos de comissões falhadas: parcialidade na elaboração dos trabalhos, recusa de agências fundamentais, recusa de contatos com as autoridades alemãs.

Por seu turno, o deputado João Semedo referindo-se também a esta CPI, afirma:

Em termos de conclusões aprovadas, os resultados foram determinados pelos votos da maioria governamental, cuja única preocupação foi ilibar de qualquer responsabilidade política e/ou criminal alguns atuais governantes — principalmente o vice-primeiro ministro Paulo Portas — e o presidente da Comissão Europeia. Deste ponto de vista, os resultados foram frustrantes.

Esta afirmação do deputado levanta a questão da politização das CPIs sobretudo quando envolvem figuras políticas, situação em que os deputados que integram as CPIs transportam para o debate e para o relatório final ou para declarações de voto¹⁰, posições partidárias de defesa ou de culpabilização dos protagonistas políticos envolvidos. João Semedo, critica as conclusões do inquérito parlamentar no caso *Submarinos*:

Estas conclusões não acolheram nem valorizaram um largo conjunto de informações factuais que foram obtidas e confirmadas ao longo dos trabalhos da Comissão e que sustentam legítimas interrogações quer sobre a narrativa oficial do processo de aquisição dos dois submarinos quer sobre as conclusões da investigação criminal e dos processos judiciais realizados.

4. Os jornalistas protegem os políticos ou fazem deles alvos privilegiados?

Questão central neste projeto é a maneira como jornalistas e políticos encaram os respetivos papéis, tal como foi traduzida na cobertura jornalística dos casos analisados. A análise realizada mostra que na imprensa e na televisão embora as peças se apresentem na sua maioria de tom *neutro*, no que se refere aos atores do campo político as peças de tom *negativo* ou

10. Ver, por exemplo, declaração de voto do deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, sobre o Relatório da Comissão de Inquérito ao caso *BPN*: http://www.esquerda.net/media/DeclVoto_BPN.pdf

predominantemente negativo são sempre superiores às de tom *positivo* ou *predominantemente positivo*. Resultado ainda mais acentuado, foi obtido na análise de uma amostra de blogs que cobriram os casos de corrupção incluídos no projeto em que o tom *negativo* prevalece na maioria absoluta dos posts analisados (Serrano e Calado, 2016). Interessava, pois, perceber a opinião dos deputados sobre se os políticos são protegidos pelos jornalistas na denúncia de casos de corrupção ou, pelo contrário, se são mais visados na cobertura do que membros de outras áreas sociais (económica, financeira, ou outras). Os deputados ouvidos respondem de maneira diversa.

Para o deputado António Filipe, “há políticos que gozam de impunidade mediática. Os banqueiros e grandes empresários ainda mais. São eles que detêm o poder sobre os media.” Já para João Semedo, “há certos políticos protegidos por certos jornalistas e há jornalistas que não protegem seja quem for (político, banqueiro, empresário).” De acordo com este deputado,

Devido à relevância assumida pelos casos que envolvem figuras públicas, os políticos estão sujeitos a uma cobertura jornalística mais intensa, mas em democracia deve considerar-se natural que os cidadãos com maiores responsabilidades públicas sejam sujeitos a um escrutínio mais rigoroso.

Referindo-se aos casos que acompanhou de perto como membro de comissões de inquérito parlamentar, o deputado do BE é muito claro:

Em todas as comissões de inquérito houve políticos favorecidos por uns jornalistas e prejudicados por outros. São excecionais os casos em que um político tivesse sido apenas favorecido ou prejudicado por toda a comunicação social. Há dezenas de exemplos de políticos atacados e defendidos no mesmo caso e por jornalistas diferentes.

A centralidade dos *media* em casos de corrupção envolvendo figuras do campo político, é justificada pelo deputado António Filipe com o facto de as funções executivas exporem mais que outras ao fenómeno da corrupção. João Semedo vai mesmo mais longe:

Há demasiada promiscuidade em Portugal entre o mundo da política e o dos negócios e, por outro lado, uma persistente e alargada dependência do Estado por parte da banca e de muitas empresas e sociedades. (...) Instalou-se em Portugal um triângulo que facilita e convida à corrupção dos governantes, cujos vértices são: governo/estado, interesses económicos e financeiros, consultoras/sociedades de advogados.

Por seu turno, José Magalhães afirma:

Os governantes tomam decisões e essas decisões são decisões que podem ter grande relevo não só político como pecuniário, económico, financeiro. Portanto estão sujeitos a pressões de lobbies e estão sujeitos a tentativas de corrupção.

5. Fugas de informação e violações do segredo de justiça

No que se refere às violações do segredo de justiça e às fugas de informação, o deputado António Filipe afirma que “há fugas de informação que são lícitas mas as violações do segredo de justiça deveriam ser investigadas, como crimes que são”.

João Semedo, por sua vez, classifica-as como:

Ações que procuram condicionar, intervir e influenciar os processos de investigação e as decisões judiciais e que, objetivamente, dificultam e podem comprometer a autonomia judicial. Não são expressão de maior transparência no funcionamento da justiça, nem têm por objetivo contribuir para que a justiça cumpra melhor o seu papel, como alguns defendem na tentativa de justificar e proteger os autores das fugas de informação. Pelo contrário, procuram construir fora do sistema judicial uma narrativa que condena uns e absolve outros, na tentativa de conduzir a investigação e/ou moldar as sentenças judiciais de acordo com os interesses e objetivos dos seus promotores.

Sem nunca se referir em concreto os jornalistas, João Semedo afirma:

Em muitos casos podemos admitir a existência de um benefício comercial/mercantil instalado no sistema judicial e que articulado com alguns media e escritórios de advogados organiza e promove as fugas de informação e as violações do segredo de justiça.

Para este deputado, “a par do custo e da lentidão da justiça, as fugas de informação e as violações do segredo são o principal factor de descrédito da justiça aos olhos dos cidadãos.”

José Magalhães remete a questão do segredo de justiça para as dificuldades do sistema:

O problema não é o quadro legal, é a questão do segredo, desde logo porque há determinadas matérias, mesmo em casos complexos e delicados, que já podem nos termos da lei ser objeto de conhecimento público. E há uma prática muito deficiente com os esclarecimentos públicos que são prestados (...). É um dever muito difícil de exercer, por um lado não pode comprometer a investigação, por outro lado, não pode violar a presunção de inocência mas, por outro, deve dar algumas pistas e deve dar sinais que sejam interpretáveis pelo cidadão comum para perceber o que esteja em causa.

6. O protagonismo dos agentes da justiça significa que possuem uma “agenda política”?

O protagonismo mediático de alguns agentes da justiça “nem sempre contribui para credibilizar a justiça”, segundo o deputado António Filipe. Também João Semedo a considera:

Uma prática nociva para o funcionamento e a imagem da justiça” (...) existem “situações em que interesses alheios e exteriores à justiça, nomeadamente políticos, se sobrepõem ao processo judicial e acabam por determinar a decisão da justiça (...) há membros da justiça que obedecem a uma “agenda política.

José Magalhães invoca o estatuto dos magistrados do Ministério Público para afirmar que “seria muito difícil uma estrutura hierarquizada conduzir qualquer agenda política coerente”, embora admita que existem situações pessoais menos conseguidas “para as quais há responsabilidade disciplinar e até criminal.”

7. As notícias influenciam as decisões judiciais?

Nenhum dos deputados ouvidos considera que as decisões judiciais abrangendo políticos são influenciadas pelas notícias. António Filipe, prefere “acreditar que não o são”, enquanto João Semedo admite que “nos casos de forte projeção pública e mediática essa influência se verifique mais no domínio da interpretação dos factos do que na aplicação das leis.”

José Magalhães chama à colação uma vez mais o caso Submarinos para recordar uma frase do líder do CDS-PP e ex-ministro da Defesa Paulo Portas, um dos protagonistas deste caso. Disse Paulo Portas: “quando há eleições os Submarinos emergem quando não há submergem”. Esta frase entrou no léxico jornalístico e político, usada como um fait-divers. José Magalhães critica o facto de nem os media nem a justiça a terem levado a sério:

Esta frase merece estudo, porque é uma profunda acusação ao Ministério Público, isto é, a autoridade do Estado, de em abuso, em violação das duas missões, de autonomia e de imparcialidade, de uma intervenção condicionada por uma agenda política eleitoral, é o que a frase quer dizer. (...) A frase entrou no gírio corrente mas não é um fait-divers, e portanto, essa matéria exige um debate sério e a verdade é que durante uma década, a justiça não foi capaz de trazer uma resposta cabal.

8. Notas finais

As dificuldades sentidas na realização de uma amostra alargada de entrevistas com responsáveis políticos, como aliás também com agentes da justiça (Serrano, 2016), impede que se generalizem conclusões sobre as respostas às questões colocadas no inquérito. Porém, os deputados que se disponibilizaram para responder foram destacados pelos respetivos partidos para a investigação de casos de corrupção, estando, pois, em situação de os poderem representar em termos das declarações prestadas. Sendo as comissões parlamentares de inquérito o lugar onde a corrupção tem sido matéria de debate e investigação em profundidade, embora centrada em apenas um número limitado de casos, revelou-se adequada a escolha, para este inquérito, de deputados que integraram essas comissões. É notória a preocupação dos deputados inquiridos de, por um lado, apontarem as limitações dessas comissões de inquérito e, por outro, a preocupação de deixar claro que as mesmas pretenderem apurar responsabilidades políticas e não responsabilidades criminais.

Não obstante o interesse de que se revestem as declarações obtidas, para os objetivos do projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*, outras vertentes haveria a explorar, entre as quais, “mecanismos de corrupção política” mais sofisticados e invisíveis, como refere Pacheco Pereira (2015) na comunicação acima citada:

Há um aspeto da corrupção política que tem a ver com a promiscuidade entre o exercício da ação política e os media. Há mecanismos de distanciação que deviam existir e não existem, antes de falar dos mecanismos da corrupção política, que em grande parte dos seus aspetos publicados, estão muito longe de cobrirem os aspetos da realidade. Há um problema de desconhecimento em relação aos mecanismos de corrupção política nos dias de hoje, há tendência para reproduzir os esquemas do passado. Isto, quando os próprios mecanismos de corrupção política mudaram significativamente e não são todos iguais

em termos da estratificação do sistema político. (...). Estes mecanismos têm de facto a característica de garantirem invisibilidade. Desse ponto de vista, às vezes a análise mais fácil passar por olhar para a visibilidade.

Bibliografia

- Cunha, I. (2014) Visibilidade da Cobertura Jornalística da Corrupção Política e Indicadores de Opinião Pública In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia, pp. 371-342.
- Maia, A. J. (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal— contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas (www.bocc).
- Pereira, P. (2015) A corrupção Política e os Media — uma perspetiva comparada. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. *Media & Jornalismo* 26, vol 14 (1): 25-37.
- Serrano, E. & Calado, V. (2014) Média, corrupção política e blogs: interações. In Actas do II Confibercom: os desafios da Investigação. 2014:1191-1217 (http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1968/1891).
- Serrano, E. & Calado, V. (2015) Serão os blogs uma alternativa aos *media* na discussão de temas como a corrupção política? Imprensa da Universidade de Coimbra. *Media & Jornalismo* 26, vol. 14 (1): 91-110.
- Serrano, E. (2016) Jornalismo e justiça na cobertura da corrupção política In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) *Media, Corrupção Política e Justiça*. Lisboa: Mariposa Azul. (no prelo).